

# Senado tende a rejeitar aumento salarial de parlamentares aprovado pela Câmara

por Eduardo Hollanda  
de Brasília

O Senado deverá impedir o aumento de salário de parlamentares aprovado na quarta-feira pela Câmara para deputados e senadores. Ao contrário do que ocorreu entre os deputados, quando o veto do presidente Itamar Franco à equiparação dos salários de parlamentares e ministros de Estado aos dos ministros do STF foi derrubado por 296 votos contra 54, e 11 abstenções, o Senado deverá votar de maneira inversa, de acordo com os líderes dos principais partidos. A votação será secreta.

O líder do PSDB, Mário

Covas (PSDB-SP), confirmou que todos os 10 senadores do partido votarão pelo veto. "É claro que vamos manter o veto. Não há lógica em se pedir austeridade ao País e elevarmos nossos salários, em valores reais", afirmou.

O presidente do PPR, senador Esperidião Amin, lembrou que, desde a sessão do Congresso, havia sido contra até a tramitação da matéria, dizendo que "não é um tema prioritário. E não é possível se pensar em aumentar salários de parlamentar sem que a política salarial para toda a população esteja definida", afirmou. No PMDB, o vice-líder José Fogaça afirmou que não tem dúvidas

sobre o resultado da votação. "O Senado vai segurar mais essa, mantendo o veto e corrigindo um equívoco da Câmara. Como aliás estamos fazendo com relação ao decreto legislativo do crédito rural", comentou.

Outro líder, Irapuã Costa Jr., do PP, disse que se reunirá com sua bancada na terça-feira, para recomendar a manutenção do veto. "O momento pede isso, a sociedade pede isso, o plano econômico pede isso, o salário mínimo muito baixo pede isso. Assim, os senadores saberão o que fazer", afirmou.

O presidente do Congresso e do Senado, Humberto Lucena, confirmou que marcará a data da votação depois de reunir-se na terça-feira com os líderes. Lucena, que não estava no Plenário no momento do encaminhamento da votação na Câmara, disse que a inclusão do veto na pauta foi feita pela Câmara. Ele disse que está confiante na manutenção do veto, "pois espero que os senadores votem com responsabilidade, em função dos interesses da Nação, e não de benefícios pessoais."